

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO

Estudo Técnico Preliminar 1/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 63230.000202/2025-24

2. Legislação e Normas Aplicáveis

a) Lei nº 14.133/2021 – Lei de licitações e contratos normativos.

b) Decreto nº 11.878/2024 – Regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

c) IN SEGES/MP nº40/2020 – Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP. Vale ressaltar que este ETP foi elaborado conforme a diretrizes da IN SEGES/MP 40/2020, porém não utilizamos o Sistema ETP digital.

3. Descrição da necessidade

3.1. O Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880/1980 em seu art. 50, inciso IV, alínea “e” prevê: *“é direito do militar: assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem como o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários”*.

3.2. O Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo não dispõe de Hospital ou Policlínica Naval para assistência direta aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM) em sua área de jurisdição. Os usuários do SSM são:

3.2.1. Os militares ativos, veteranos e os dependentes previstos nos parágrafos 2º, 3º e 5º do art. 50 da Lei nº 6.880/1980, alterada pela Lei nº 13.954/2019, regularmente declarados e inscritos na Diretoria do Pessoal da Marinha/Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais (DPM/CpesFN);

3.2.2. O ex-combatente e seus dependentes listados no art. 5º da Lei nº 8.059/1990, regularmente inscritos, que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315/1967, e conforme o art. 530, IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); e

3.2.3. Os anistiados políticos, assim considerados pelo Ministro de Estado da Justiça, aos quais, nos termos da Lei nº 10.559/2002, tenha sido assegurada a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada.

3.3. Desta maneira, é necessário credenciar laboratórios especializados para realização de exame toxicológico aos militares residentes nos municípios do Estado de São Paulo, a saber:

3.3.1. Águas de Lindóia, Ajapi, Aldeia, Aldeia de Carapicuíba, Americana, Amparo, Araçatuba, Araçatuba, Araras, Arcadas, Ártimis, Arujá, Assistência, Atibaia, Barão de Geraldo, Barra do Turvo, Barueri, Batatuba, Biritiba-Ussu, Boa Vista Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Bonfim do Bom Jesus, Botujuru, Bragança Paulista, Brás Cubas, Cabreúva, Cachoeira de Emas, Caieiras, Cajamar, Cajati, Campinas, Campo Limpo Paulista, Canguera, Capivari, Capuava, Carapicuíba, Cardeal, Caucaia do Alto, Cezar de Souza, Cipó-Guaçu, Cosmópolis, Cotia, Diadema, Elias Fausto, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guaimium, Guarulhos, Holambra, Hortolândia, Ibitiruna, Ibiúna, Indaiatuba, Iperó, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Itatiba, Itu, Itupeva, Jacaré, Jacupiranga, Jaguariúna, Jandira, Jardim Belval, Jardim Presidente Dutra, Jardim Santa Luzia, Jardim Silveira, Jarinu, Joanópolis, Joaquim Egídio, Jordanésia, Jundiá, Jundiapéba, Juquiá, Juitituba, Lindóia, Louveira, Mailasqui, Mairiporã, Martim Francisco, Martinho Prado Júnior, Mauá, Miracatu, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Morungaba, Mostardas, Nazaré Paulista, Nova Aparecida, Nova Odessa, Nova Veneza, Osasco, Ouro Fino Paulista, Palmeiras de São Paulo, Paranapiacaba, Pariquera-Açu, Paruru, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Piracéia, Pirapitingui, Pirapora do Bom Jesus, Pirassununga, Poá, Polvilho, Registro, Riacho Grande, Ribeirão Pires, Rio das Pedras, Rio Grande da Serra, Sabaúna, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Isabel, Santa Margarida Paulista, Santana de Parnaíba, Santo André, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio Paulista, Salto, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São João Novo, São Lourenço da Serra, São Paulo, São Roque, Serra Negra, Socorro, Sorocaba, Sousas, Sumaré, Suzano, Taboão da Serra, Taiaçupeba, Três Pontes, Tuiuti, Tupi, Utinga, Valinhos, Vargem, Vargem Grande Paulista, Várzea Paulista, Vila Dirce e Vinhedo.

3.4. Conforme normatizado no Despacho nº 00320/2021/CJACM/CGU/AGU, a realização do exame toxicológico nas Forças Armadas está respaldada no princípio da garantia do direito coletivo à segurança pública das pessoas e da própria Organização Militar, além de constituir dever legal do militar proceder de maneira ilibada na vida pública e particular, de modo que não sejam prejudicados os princípios do respeito e do decoro militar.

3.5. A abertura do atual processo de credenciamento visa atender à necessidade constante na Norma Regulamentadora para Inspeções de Saúde da Marinha – 9ª Revisão – da Diretoria Geral de Pessoal da Marinha (DGPM-406), que estabelece a realização do exame toxicológico para a pesquisa de elementos e substâncias químicas relacionadas a substâncias psicoativas ilícitas em Inspeções de Saúde (IS) de ingresso conforme previsto nos editais e avisos de convocação, nas IS de seleção para as Atividades Especiais, nas IS de controle periódico e na IS inopinada de avaliação toxicológica preventiva.

3.6. Desta maneira, é necessário credenciar Organizações de Saúde Extra-MB (OSE) para a realização de exame toxicológico na área de abrangência do CTMSP.

4. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---------------------------|--|
| Superintendência de Saúde | Capitão-Tenente (Md) Luiz Antonio Moreli Filho |

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Poderão habilitar-se para o credenciamento laboratórios com capacidade técnica, para a pesquisa de elementos e substâncias químicas que apresentem os seguintes requisitos técnicos:

5.2. **Documentação da OSE:**

- a) Certificado de Regularidade de inscrição de pessoa jurídica na entidade profissional competente;
- b) Alvará de funcionamento válido, expedido pela Prefeitura;
- c) Licença ou alvará sanitário válido, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente. Serão consideradas as seguintes situações:
 - **Situação: Alvará de autorização sanitário vencido:** documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
 - **Situação: requerimento de renovação a destempo:** documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
 - **Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa:** documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
 - **Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial:** Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.
- d) Licença ou alvará válido, expedido pelo Corpo de Bombeiros;
- e) Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

5.3. **Para o Responsável Técnico da OSE:** RG e CPF; certificado de especialidade; e registro no Conselho de Classe.

5.4. **Relação de membros do corpo clínico, datada e assinada pelo responsável técnico, contendo os seguintes dados:** nome completo, especialidade clínica e número de registro ou inscrição na entidade profissional competente.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

5.5. De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (7ª Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU), a contratada observará:

- 5.5.1. Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
- 5.5.2. boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa);
- 5.5.3. destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA). (vide disposições detalhadas no item que trata dos RESÍDUOS- Serviços de saúde deste Guia); e
- 5.5.4. Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Conforme previsto no Despacho nº 00320/2021/CJACM/CGU/AGU, a realização do exame toxicológico nas Forças Armadas está respaldada no princípio da garantia do direito coletivo à segurança pública das pessoas e da própria Organização Militar, além de constituir dever legal do militar proceder de maneira ilibada na vida pública e particular, de modo que não sejam prejudicados os princípios do respeito e do decoro militar.

6.2. Soluções Identificadas

6.2.1. Foram identificadas as seguintes alternativas para atender à demanda por serviços de análises toxicológicas:

6.2.1.1. **Solução 1:** Aderir a atas de registro de preços disponíveis para o serviço de análises toxicológicas.

6.2.1.2. **Solução 2:** Construir laboratório próprio especializado em análises toxicológicas, com objetivo de prestar assistência de saúde diretamente na área de abrangência do CTMSP. No ano de 2021 a Diretoria de Saúde da Marinha recomendou um estudo para a construção de laboratório de toxicologia de acordo com as recomendações da Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTOX) e no padrão INMETRO norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017, RDC 50/2002 e RDC 302/2005. O custo estimado para a construção da infraestrutura do laboratório foi de R\$ 8.610.000,00, as aquisições dos equipamentos para análise em fâneros foram orçadas em US\$ 1.513.229,73 (R\$ 8.201.705,14 considerando o dólar de 12JUL2022 US\$ 1,00 igual a R\$ 5,42) e o custo dos analitos e reagentes em torno R\$ 1.000.000,00 anuais. Totalizando o valor de R\$ 17.811.705,14 para construção de infraestrutura, aquisição de equipamentos e manutenção anual de reagentes.

6.2.1.3. **Solução 3:** Realizar licitação própria para a contratação de serviços de análises toxicológicas.

6.2.1.4. **Solução 4:** Realizar credenciamento de laboratórios especializados em análises toxicológicas, com celebração de contratos limitados a 120 (cento e vinte) meses, conforme previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Análise das Soluções

6.3.1. **Solução 1 – Adesão a Atas de Registro de Preços:** Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para o serviço de análises toxicológicas, inviabilizando essa alternativa.

6.3.2. **Solução 2 – Construção de Laboratório Próprio:** Considerou-se a possibilidade de o novo laboratório fazer comodatos e durante a pesquisa, nenhum dos fornecedores e fabricantes dispunham desta modalidade para ceder equipamentos. Além disso, Não há previsão orçamentária nem planejamento para a construção imediata de um laboratório especializado no CTMSP, tornando essa solução impraticável no curto prazo.

6.3.3. **Solução 3 – Licitação Própria:** A realização de um pregão para contratar um único laboratório reduziria o número de participantes para a área de abrangência, sendo necessário mais de um pregão para fazer a cobertura do objeto a ser licitado.

6.3.4. **Solução 4 – Credenciamento:** A realização do credenciamento de laboratórios especializados é tecnicamente viável e indicada, permitindo maior flexibilidade na contratação de múltiplos fornecedores para atender a diferentes demandas de forma descentralizada.

6.4. Da Conclusão:

6.4.1. Com o exposto, diante da impossibilidade de adesão, participação ou realização de licitação própria, e da construção de laboratório próprio, conclui-se que se deve realizar credenciamento de laboratórios especializados em análise toxicológica. A realização de credenciamento parece ser a solução mais viável para a MB, visto que a contratação de empresas especialista na análise toxicológica é economicamente mais vantajosa.

6.4.2. Segundo o Tribunal de Contas da União, entre as vantagens advindas do credenciamento, encontramos a contratação da Administração Pública de uma melhor qualidade dos serviços e o menor preço obtido. Assim, observa-se o julgado em que ratifica esse pensamento:

[...] no sistema de credenciamento, quando realizado com a devida cautela, assegurado tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e negociando-se as condições de atendimento, obtém-se uma melhor qualidade dos serviços além do menor preço, podendo ser adotado sem licitação, amparado no art. 25 da Lei nº 8.666/93. (Decisão 104/95 – Plenário)

6.4.3. Por oportuno, é importante observar também o Acórdão do TCU nº 656/1995. Neste fixa-se as regras que devam ser observadas pelos credenciados no atendimento da legislação em vigor e, o Egrégio Tribunal de Contas da União posicionou-se de forma positiva quanto à legalidade do credenciamento.

6.4.4. Além dos Acórdãos citados, deve-se observar PARECER nº 0003/2017/CNU/CGU/AGU, em que se observa o arcabouço legal para o processo de credenciamento.

6.4.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6.4.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.4.7. Portanto, recomenda-se a adoção do credenciamento como método de contratação, considerando que atende às necessidades técnicas e econômicas da instituição de forma eficiente e segura e em virtude do alto valor estimado para a construção de um laboratório de toxicologia. O credenciamento é o meio economicamente mais vantajoso para a Administração Pública.

6.5. Dessa forma, a presente contratação será instruída diretamente, por inexigibilidade de licitação, conforme condições vigentes nos arts. 74 e 79 da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

...

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

...

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

...

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

6.6. A contratação é viável e o credenciamento é enquadrado pela doutrina e pela jurisprudência como hipótese de inexigibilidade de licitação, Art. 74 da Lei 14.133/21, em razão de inviabilidade de competição, uma vez que a Administração se propõe a contratar todos os interessados que cumprirem os requisitos previstos no Edital.

6.7. Desta forma, é premissa basilar do credenciamento que as contratações com todos os credenciados sejam regidas pelas mesmas regras, de forma isonômica e sem relação de exclusão, especialmente quanto à uniformidade de preços, às exigências de habilitação e às condições de execução do objeto.

6.8. Diante do exposto e observando-se a escolha com base na vantajosidade para a Administração Pública, esta equipe de planejamento opta por realizar o credenciamento, invocando os princípios constitucionais da eficiência e legalidade.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Memória de cálculo e justificativa das quantidades

8.1. O quantitativo anual estimado de exames é baseado no total estimado de atendimento anual, por volta de 100 exames. Portanto, considerando o período de 5 anos (60 meses), é estimada a quantidade de 500 exames.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 55.000,00

9.1. O valor da contratação foi estimado com base na pesquisa mercadológica e estimativa da demanda, pois trata-se uma nova determinação prevista na Norma Regulamentadora para Inspeções de Saúde da Marinha – 9ª Revisão – da Diretoria Geral de Pessoal da Marinha (DGPM-406).

9.2. Fontes Consultadas: Para a definição do valor estimado da contratação foi utilizado o parâmetro do incisos I (Painel de Preços), artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

9.3. Série de Preços Coletados: Os preços coletados e sua análise estão constantes na planilha da Pesquisa Mercadológica.

9.4. Metodologia para Obtenção do Preço Estimado: A obtenção do preço estimado deu-se com base na MEDIANA dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de ser um dos métodos mais comuns para definir preços de referência, além de refletir adequadamente o preço de mercado, assegurando assim, o efetivo cumprimento, dentre outros, dos princípios da economicidade e da eficiência.

9.5. Memória de Cálculo e Conclusão: O preço estimado da contratação é de **R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)** em 5 anos, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais) por ano. A realização de pesquisa de preços foi realizada em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, estando o preço estimado para a presente contratação compatível com os praticados no mercado.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Não se aplica à contratação pretendida, pois todos os interessados que cumprirem os requisitos previstos no Edital serão contratados.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há/haverão contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. Conforme Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022, torna dispensável aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o cumprimento da regulamentação do inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/21. A nova regra altera, neste ponto, o Decreto anterior de nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, os materiais no Plano Anual de Contratações do ano.

12.2 O Planejamento Estratégico Organizacional (PEO) 2023-2026 cria os alicerces necessários para prestar atendimento aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha, realizar o gerenciamento das atividades médico periciais da Junta Regular de Saúde, bem como apoiar Atividades Operativas.

12.3 A mais recente atualização da Norma Regulamentadora para Inspeções de Saúde da Marinha, estabelece a realização do exame toxicológico para a pesquisa de elementos e substâncias químicas relacionadas a substâncias psicoativas ilícitas em Inspeções de Saúde (IS). Desta forma, o CTMSP com o intuito de manter a sua efetividade na prestação dos serviços de saúde a seus usuários, em consonância com sua missão de “*prover apoio ao Subsistema Médico Pericial da Marinha (...)*”, busca opções para suprir as necessidades de realização do exame toxicológico. Pelo fato do CTMSP não possuir infraestrutura, logística e recursos humanos necessários para operacionalizar um laboratório de análises toxicológicas próprio, a opção apresentada pelo setor requisitante é o credenciamento de laboratórios habilitados para tal.

12.4. Declaramos que, com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR) 2025, conforme detalhamento a seguir e está alinhado ao Planejamento Estratégico do Órgão (PEO).

12.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394502002864-0-000051/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/07/2025;
- III) Id do item no PCA: 26;
- IV) Classe/Grupo: 835; e
- V) Identificador da Futura Contratação: 742000-122/2025.

13. Participação de ME/EPP

13.1. Em virtude de que todos os interessados que cumprirem os requisitos previstos no Edital serão contratados, não será adotado tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

14. Participação de Cooperativas

14.1. É permitida de acordo com os termos do Edital de Credenciamento e seus anexos.

15. Participação de Consórcios

15.1. Não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio.

16. Subcontratação

16.1. Será admitida a subcontratação para os serviços a serem contratados devido à grande diversidade de especialidades em serviços de saúde e a constante variação na oferta de profissionais capacitados pelo mercado local.

17. Qualificação Técnica

17.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente conforme o caso, em plena validade;

17.2. Atestado de capacidade técnica, que comprove aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto do credenciamento, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

17.2.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

17.2.2. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17.3. Prova de atendimento aos requisitos previstos no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, relativos à área de atuação, conforme os casos abaixo:

17.3.1. Se Pessoa Jurídica, o interessado deverá apresentar:

17.3.1.1. Certificado de Regularidade de inscrição de pessoa jurídica na entidade profissional competente;

17.3.1.2. Alvará de funcionamento válido, expedido pela Prefeitura;

17.3.1.3. Licença ou alvará sanitário válido, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente. Serão consideradas as seguintes situações:

a) Alvará de autorização sanitária vencido: Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária;

b) Requerimento de renovação a destempo: Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária;

c) Requerimento superveniente a instituição da empresa: Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária; ou

d) Funcionamento decorrente de decreto judicial, caso em que o documento a ser apresentado será o decreto judicial válido.

17.3.1.4. Licença ou alvará válido, expedido pelo Corpo de Bombeiros;

17.3.1.5. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

17.3.1.6. RG e CPF; certificado de especialidade; e registro no Conselho de Classe do responsável técnico da empresa interessada;

17.3.1.7. Relação de membros do corpo clínico, datada e assinada pelo responsável técnico, contendo os seguintes dados: nome completo, especialidade clínica e número de registro ou inscrição na entidade profissional competente.

17.3.2. Se Profissional de Saúde Autônomo o interessado deverá apresentar:

17.3.2.1. Alvará de localização e funcionamento válido expedido em seu nome no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

17.3.2.2. Alvará de autorização sanitária válido, expedido em seu nome, no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado. Serão consideradas as seguintes situações:

a) Alvará de autorização sanitária vencido: Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária;

b) Requerimento de renovação a destempo: Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária;

c) Requerimento superveniente à instituição da empresa: Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária; ou

d) Funcionamento decorrente de decreto judicial, caso em que o documento a ser apresentado será o decreto judicial válido.

17.3.2.3. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

17.3.2.4. Comprovação da Especialidade mediante a apresentação de título de especialidade registrado no respectivo Conselho Regional.

18. Garantia da Contratação

18.1. Não aplicável para esta contratação, em virtude deste tipo de objeto para outros órgãos públicos não exigir a garantia.

19. Reajuste

19.1. Os valores previstos no corpo do Edital e em seus anexos poderão ser atualizados e republicados a qualquer tempo, vinculando os contratos então existentes a partir de sua publicação, tendo como parâmetro pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

19.2. A atualização dos valores contratados poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.

20. Prazos de Execução e Vigência

20.1. Em relação à vigência contratual, o CTMSP, adotará o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

20.2. Os termos de credenciamento celebrados a partir do presente Edital terão a 60 meses, prorrogável por até 120 meses (10 anos), na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

21. Local de Execução

21.1. Nos endereços dos Prestadores de Serviços Credenciados.

22. Atividade de Custeio

22.1. O objeto trata-se de atividade de custeio, de acordo com o art. 2º, inciso I da Portaria ME nº 7.828/2022. Além disso, atestamos que foi observado o contido no Art. 3º do Decreto nº 10.193/19.

23. Encaminhamento para CJACM ou CJU

23.1. Conforme características e aplicações do objeto, devendo ser analisado pela CJU.

24. Benefícios a serem alcançados com a contratação

24.1. Por meio da presente contratação, atender à necessidade constante na Norma Regulamentadora para Inspeções de Saúde da Marinha – 9ª Revisão e ao objetivo pericial nas matrizes biológicas: fâneros, sangue e urina.

25. Providências a serem Adotadas

25.1. Não há necessidade de adequação do ambiente da organização visto que o serviço pretendido ocorrerá fora do âmbito desta Organização Militar.

26. Possíveis Impactos Ambientais

26.1. Não foram vislumbrados possíveis impactos ambientais.

27. Registro no Cadastro Técnico Federal

27.1. Justifica-se a opção pela não obrigatoriedade do Cadastro Técnico Federal (CTF) em virtude do objeto desta licitação não se enquadrarem como produtos cuja atividade de fabricação ou industrialização estejam listada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA Nº. 6, de 15/03/2013, sob o Código relacionado à fabricação, e ainda, não serem aqueles apreciados na Tabela de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº. 6.938, de 1981.

28. Providências Complementares

28.1. Os serviços a serem contratados neste processo são comuns de mercado e o mesmo, portanto não haverá classificação do documento, considerando o disposto na Lei nº 12.527 /2011.

29. Catálogo Eletrônico de Padronização

29.1. Não será utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização e os modelos contidos no referido portal, pois o objeto desta contratação não está contido no catálogo informado. Informamos que foi observado o princípio da padronização nesta contratação, além de certificarmos que os serviços a serem contratados constituem-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do CTMSP.

30. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

30.1. Justificativa da Viabilidade

Após a análise declaramos a viabilidade da contratação de empresa especializada para realização de exames toxicológicos para inspeções de saúde.

31. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GISLAINE BASTOS BARBOZA

Líder da Equipe de Planejamento

LUIZ ANTONIO MORELI FILHO

Membro da Equipe de Planejamento